

Journal URBANITÁRIO

Ano XVII - Abril de 2025



Sabesp/Equatorial impõe novas regras de horas extras sem dialogar com o Sindicato

A Sabesp/Equatorial instituiu unilateralmente novas regras para o controle de horas extras, alegando a busca por eficiência e conformidade legal. No

entanto, a medida impõe a substituição do pagamento de horas suplementares por folgas, sem negociação com os sindicatos, violando a Consolidação das

Leis Trabalhistas (CLT) e o princípio da negociação coletiva. A empresa ainda ameaça punir empregados que fizerem horas extras sem autorização prévia,

desconsiderando a natureza emergencial do serviço. A Diretoria do Sindicato já está tomando as providências para reverter essa situação. P. 5

CONFIRA OS DESTAQUES DA EDIÇÃO DE ABRIL:

Diretoria exige da CPFL Piratininga melhores condições para os trabalhadores P. 7

Companheiros da Cetesb aprovam pauta de reivindicações da campanha salarial P. 6

Sintius abre diálogo com a ISA Energia Brasil para entender melhor o Projeto Ômega P. 6



ASSEMBLEIA

Para discussão, deliberação e aprovação sobre o pagamento e o desconto da Contribuição Assistencial e Confederativa

Dia 16/4, às 18 horas

Locais: Sede do Sintius, em Santos, e subsede do Sindicato, em Registro

**INFORMATIVO DO
SINDICATO DOS
TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS URBANAS
DE SANTOS, BAIXADA
SANTISTA, LITORAL SUL
E VALE DO RIBEIRA**

Impressão: Diário do Litoral
Tiragem: 2.200 exemplares

EXPEDIENTE

PRESIDENTE
Tanivaldo Monteiro Dantas

**SECRETÁRIO DE
COMUNICAÇÃO**
Ricardo Sales

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Sandro Thadeu - MTB 49.020

REDES SOCIAIS
Beatriz Araújo



[www.instagram.com/
sintiusurbanitarios/](http://www.instagram.com/sintiusurbanitarios/)



[www.facebook.com/
urbanitariosantos](http://www.facebook.com/urbanitariosantos)



[www.youtube.com/
user/UrbanitariosSantos](http://www.youtube.com/user/UrbanitariosSantos)



twitter.com/@Sintius



[www.flickr.com/photos/
urbanitarios_santos/](http://www.flickr.com/photos/urbanitarios_santos/)



www.issuu.com/4236

SEDE - SANTOS

Rua São Paulo, 24/26, Vila Mathias
CEP 11075-330
Caixa Postal 564
Telefone: (13) 3226-3200

SUBSEDE DE REGISTRO

Rua Pariquera-Açu 174, Vila Tupi.
CEP: 11900-000
Telefone: (13) 3821-3517

E-mail: comunicacao@sintius.org.br
Site: www.sintius.org.br

ARTIGO

A média da vida toda

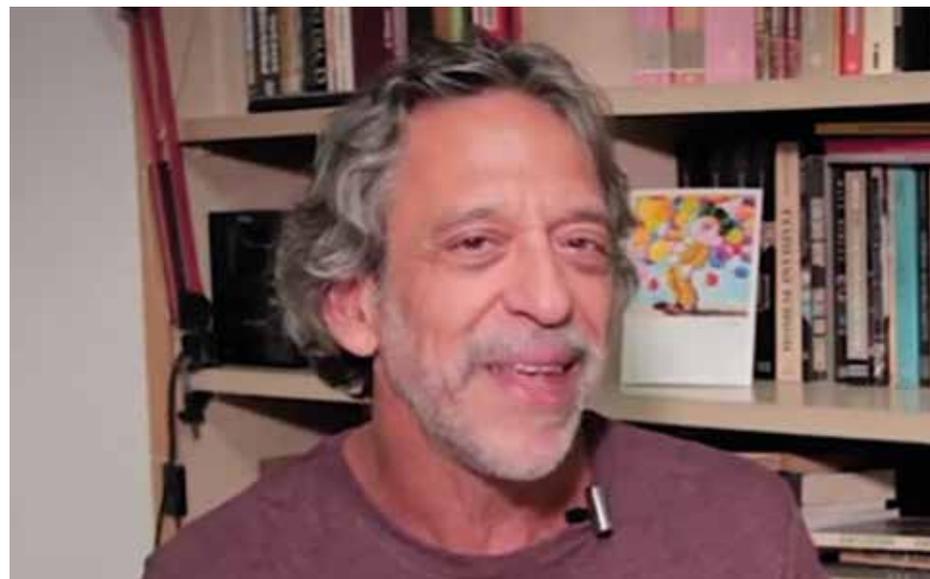
Por Sergio Pardal Freudenthal

DIVULGAÇÃO

Os calouros nos bancos das faculdades de direito sabem o que representam regras de transição. Antigamente as normas nunca podiam ser modificadas “no meio do jogo”. Quando os trabalhadores iniciavam suas contribuições previdenciárias, abraçavam normas para toda a sua vida, ativa ou não. No Direito Social se entendia que direitos em formação representavam direitos adquiridos. Mudaram demais a doutrina e a jurisprudência. Atualmente, direito adquirido têm apenas os que completaram as exigências antes da mudança da lei; os que ingressaram com a legislação nova, a ela se rendiam; e, para os que estavam no sistema ainda sem completar as obrigações, vieram regras de transição.

Sem restar dúvidas: as regras de transição são piores do que as antigas, mas obrigatoriamente melhores do que as novas. Não sendo assim, valem as regras mais favoráveis aos segurados. Lembrando a história, a Lei 9.876/1999 alterou a base de cálculo das aposentadorias; em vez da média dos 36 últimos salários, passou a ser a “dos maiores salários-de-contribuição correspondente a oitenta por cento de todo o período contributivo”.

Por influência da tecnocracia, sem qualquer sentido ju-



Advogado Sergio Pardal Freudenthal é especializado em Direito Previdenciário

rídico, a lei dispôs uma regra de transição para quem já estava no sistema previdenciário, a média seria do “período contributivo desde a competência julho de 1994”, simplesmente porque era o início do real e ficaria mais fácil efetuar as atualizações. A regra nova fala em “todo o período contributivo”

Em alguns casos, os trabalhadores tinham contribuições maiores antes de julho de 1994, e, assim, teriam a “média da vida toda” maior. Para o ajuizamento da ação era preciso provar tal alegação. E, em novembro de 2019, a EC 103 determinou que a média seria de todas as contribuições a partir da competência julho de 1994. Sem retirar os menores que representassem 20% e sem regra de transição

Além da ação da média da vida toda só se aplicar ao aposentado que tiver maiores contribuições antes de julho de 1994, ainda tem a perversidade

chamada decadência. Passados dez anos da concessão do benefício, não pode mais reclamar qualquer erro que possa ter acontecido. Portanto, quem se aposentou antes de março de 2015 perdeu a chance, e a regra transitória perde sua validade com a EC 103, em 13/11/2019.

Depois de encrencas e vergonhas processuais, o tribunal ligou a constitucionalidade do Fator Previdenciário à obrigação de utilizar a regra de transição, mesmo desfavorável ao segurado. Inexplicável! Restou um último julgamento sobre processos em que foi concedida a antecipação de tutela. Tem gente que defende, além da redução da renda mensal do pobre aposentado, a condenação na devolução dos valores recebidos de boa-fé, por ordem judicial, às vezes por conta própria do Juízo, sem solicitação pelo autor.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Sintius realiza reunião de prestação de contas das ações em defesa dos assistidos da Vivest

Em atendimento à solicitação dos associados, a Diretoria do Sintius realizou, no dia 2 de abril, uma reunião para a prestação de contas dos gastos com ações judiciais em defesa dos assistidos da Vivest. A iniciativa surgiu em razão da ausência de transparência das gestões anteriores, que, há muitos anos, não realizavam essa apresentação financeira, gerando questionamentos por parte da categoria.

Durante o encontro, os representados puderam esclarecer dúvidas, apresentar sugestões e cobrar esclarecimentos sobre os recursos utilizados. Em resposta às demandas dos associados, o Sindicato assumiu o compromisso de realizar publicações trimestrais sobre a prestação de con-



O encontro foi realizado no auditório da sede do Sintius, no dia 2 de abril

tas, garantindo maior transparência sobre o saldo dos trabalhadores e a destinação dos valores arrecadados.

Além disso, o Sintius entrará em contato com as entidades pactuadas

para obter informações detalhadas sobre os valores já pagos e os pagamentos futuros. Essa iniciativa tem o objetivo assegurar que os recursos estejam sendo utilizados de maneira correta e confor-

RICARDO SALES

me o interesse dos trabalhadores.

Outro ponto importante discutido foi a adesão da nossa instituição à ação de deflação, uma medida judicial que já conta com a participação de outras entidades sindicais. No entanto, nem todos os trabalhadores foram beneficiados até o momento, e o sindicato busca ampliar essa cobertura.

Para dar prosseguimento ao processo, o Sintius publicará, em breve, um edital convocando uma assembleia, na qual os trabalhadores poderão deliberar sobre os próximos passos.

O Sintius reafirma seu compromisso com a transparência e a defesa dos direitos dos trabalhadores, reforçando a importância da participação ativa da categoria nas decisões.

Conselho aumenta o teto da taxa de juros do empréstimo consignado do INSS

O Conselho Nacional de Previdência Social aumentou o teto da taxa de juros do empréstimo consignado de aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A taxa máxima de juros passa a ser de 1,85% ao mês (antes estava em 1,80%). A decisão considera os dois últimos aumentos da taxa básica de juros Selic pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Para as operações de cartão de crédito consignado não houve mudança e a taxa se manteve em 2,46% ao mês.

A proposta do consignado foi apresentada pelo representante

dos empregadores, Helio Queiroz da Silva, e aprovada por 14 votos. Somente o representante do setor financeiro votou contra.

Estão disponíveis no portal do INSS e no aplicativo **Meu INSS** as taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras no Brasil.

Os segurados poderão consultar em qual banco a taxa de juros está mais favorável e fazer a portabilidade do empréstimo.

No aplicativo ou site, ao selecionar o serviço “extrato de empréstimos”, opção “instituições e taxas”, os juros estarão disponíveis para que o segurado verifique qual a taxa mais vantajosa antes de pegar o empréstimo.

SABESP

Trabalhadores apontam problemas nos dispositivos para o registro de ponto

Desde outubro do ano passado, os trabalhadores da Sabesp/Equatorial têm enfrentado dificuldades significativas com os dispositivos utilizados para o registro de ponto.

De acordo com a orientação da empresa, os funcionários devem registrar o ponto tanto para intervalos quanto para o início de suas jornadas, com o objetivo de evitar a acumulação de horas extras.

Atualmente, o sistema de registro de ponto não é mecânico, mas a tecnologia implementada apresenta uma série de falhas. O uso de cra-



chás com leitura de biometria, por exemplo, tem sido problemático, pois o leitor de digitais frequente-

mente não funciona, dificultando a identificação do empregado.

Em muitos casos, os compa-

nheiros precisam recorrer ao ponto virtual, que, além de não ser prático, apresenta lentidão, levando de 10 a 15 minutos para ser logado, especialmente em áreas onde ainda existem computadores, complicando ainda mais o processo.

O Sintius está atento a essas questões e manifestou preocupação com a possibilidade de a empresa utilizar a desorganização do sistema de ponto para prejudicar os trabalhadores, especialmente no que diz respeito ao controle das horas trabalhadas e ao pagamento correto.

Sintius aguarda resposta da Sabesp para dar início às negociações do ACT

A Diretoria do Sintius aguarda um posicionamento da direção da Sabesp / Equatorial para dar início às negociações da campanha salarial deste ano. A pauta de reivindicações dos trabalhadores da Baixada Santista e do Vale do Ribeira foi entregue à companhia em março.

Embora o ACT aprovado em 2024

tenha validade de dois anos, as tratativas deste ano se concentram exclusivamente nas cláusulas econômicas.

Entre as principais reivindicações, destaca-se a defesa de um pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de forma igualitária para todos os trabalhadores.

Aviso sobre orientadores relacionados à direção de veículos e horas extras

Recentemente, a Sabesp/Equatorial apresentou as orientações relacionadas à realização de horas extras e à direção de veículos da empresa. Vale destacar que algumas dessas práticas são antigas, mas têm gerado desconforto e preocupação junto à categoria.

A Diretoria do Sintius está vigilan-

te em relação aos documentos apresentados pela empresa e reforçou que está atento para garantir que a legislação vigente e o ACT sejam respeitados.

Qualquer prática que desrespeite os direitos dos trabalhadores será combatida e deverá ser denunciada ao Sindicato.

CONSÓRCIO CDG

Eleição para CIPA será realizada nos dias 29 e 30 de abril

O Consórcio CDG anunciou a abertura do processo eleitoral para a nova composição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA) para o biênio 2025-2026. O pleito ocorrerá nos dias 29 e 30 de abril, das 7h às 8h30, nas dependências da empresa, em Santos.

A CIPA será composta por quatro membros, sendo dois titulares – um indicado pelo empregador e outro eleito pelos empregados –, além dos respectivos suplentes.

Os empregados têm até o dia 21 de abril para se inscrever e formalizar sua candidatura. As inscrições ocorrerão na sala da Administração, das 8h30

às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

A relação dos concorrentes será divulgada no dia seguinte. A apuração dos votos ocorrerá no dia 30 de abril, às 9 horas.

O candidato mais votado entre os eleitos será nomeado vice-presidente da CIPA, que será comandada por um nome indicado pelo empregador.



SABESP

Empresa impõe novas regras de horas extras sem diálogo com Sintius e penaliza o trabalhador

De forma unilateral, a Sabesp/Equatorial instituiu um novo procedimento para a realização de horas extras. Em nome da “eficiência operacional” e da “conformidade com a legislação”, a empresa promove uma reinterpretação autoritária dos direitos trabalhistas, adotando regras que prejudicam diretamente seus empregados, especialmente os de base.

O objetivo declarado de “zerar” a necessidade de horas extras esconde uma prática abusiva: a substituição sistemática do pagamento legal de horas suplementares por folgas compensatórias. Embora a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) permita a compensação de horas em deter-

minados regimes, essa substituição precisa estar ancorada em ACTs ou Convenções Coletivas de Trabalho, conforme o artigo 59 da CLT. Ou seja, exige negociação prévia com os sindicatos, o que claramente não foi respeitado no caso em questão.

Ao impor essas regras de cima para baixo, a empresa desrespeita não apenas o direito à remuneração justa pelo tempo adicional trabalhado, como também ignora princípios fundamentais de negociação coletiva e o valor social do trabalho, previsto no artigo 1º, inciso IV da Constituição Federal.

Mais grave ainda é a ameaça de sanções disciplinares a quem realizar horas extras sem “autorização

prévia”. Essa postura ignora as realidades operacionais do serviço público de saneamento, onde emergências e serviços inadiáveis são parte da rotina.

Penalizar trabalhadores que atuam nessas circunstâncias revela uma inversão de responsabilidades: culpa-se quem está garantindo o funcionamento da empresa, em vez de reconhecer sua dedicação.

Sobrecarga de trabalho

Outro ponto preocupante está na sobrecarga imposta aos gestores intermediários, que agora devem justificar minuciosamente cada hora extra de suas equipes, ao mesmo tempo em que são pressionados a

reduzir esse índice a qualquer custo. Essa exigência cria um ambiente de tensão, inibe a transparência e pode levar a práticas de subnotificação ou ao não registro do tempo efetivamente trabalhado — um claro risco de fraude trabalhista.

Trata-se de mais um passo na precarização das relações de trabalho em empresas públicas sob processo de privatização ou concessão. Os trabalhadores são tratados como custo a ser reduzido.

A luta não é apenas por horas extras, mas pela dignidade, pelo respeito e pela legalidade nas relações de trabalho. A Diretoria do Sindicato já está tomando as devidas providências para reverter essa situação.

Senado aprova proposta de emenda à Constituição que torna o saneamento básico um direito garantido ao povo

O Senado aprovou, no dia 8 de abril, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 2/2016, que transforma o acesso ao saneamento básico em um direito constitucional para todos os brasileiros. O texto, que recebeu 64 votos no primeiro turno e 59 votos no segundo, já foi encaminhado para apreciação da Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) e outros senadores, o texto altera o artigo 6º da Constituição para incluir o direito ao saneamento básico como um dos direitos sociais, entre os quais já se encontram educação, saúde, trabalho,

moradia, lazer, alimentação, previdência social e segurança.

Durante a discussão da matéria, os parlamentares apontaram a importância da PEC para o desenvolvimento do Brasil. Líder do PT e relator da PEC, Rogério Carvalho destacou que a Constituição de 1988 está em constante evolução, com a incorporação de direitos que materializam a cidadania do povo brasileiro.

Líder do governo no Congresso e primeiro signatário da PEC, Randolfe Rodrigues disse que o saneamento básico é tão fundamental como o direito de ir e vir, entre outros direitos universais. **(Fonte: Agência Senado)**

ROGÉRIO REIS/AQUAPOLLO/AGÊNCIA SENADO



A PEC do Saneamento será discutida agora pela Câmara dos Deputados

CETESB

Trabalhadores aprovam pauta de reivindicações da campanha salarial

No dia 25 de março, os trabalhadores da Cetesb se reuniram em assembleia na Agência Ambiental de Cubatão, onde aprovaram a pauta de reivindicações para a próxima campanha salarial. O encontro foi conduzido pela Diretoria do Sintius.

Entre os principais pontos levantados pela categoria, está a solicitação para que haja a correção nos salários e no valor dos benefícios com base na inflação acumulada ao longo dos últimos 12 meses, além de um aumento real de 2% nos vencimentos como compensação pelas perdas acumuladas.

Outro item defendido pela categoria é a limitação do reajuste do plano de saúde ao índice econômico fixado no novo ACT, assim como a revisão do quadro de prestadores

do serviço, uma vez que os trabalhadores da Baixada Santista têm enfrentado dificuldades para utilizar o aplicativo da empresa, já que o *app* apresenta profissionais de saúde apenas de São Paulo e com dados incorretos sobre especialidades e localidades.

A pauta também traz importantes demandas que não foram atendidas anteriormente, como recebimento do vale-café, benefício que já é concedido aos trabalhadores da sede, em São Paulo, que possuem refeitório no local, e a flexibilização de 30 minutos no horário de almoço.

Os empregados da Cetesb também defendem que o plano de carreira passe a valer concretamente, pois, atualmente, está sendo uma mera formalidade. A empresa precisa pensar na



Os trabalhadores da Cetesb cobram o aumento real de 2% nos salários

retenção de novos trabalhadores, bem como na reposição de novos quadros que venham a se desligar da empresa em curto período de tempo mesmo após o período de experiência.

A categoria também quer a criação de um plano de complementação pós-aposentadoria, com o objetivo de garantir uma segurança financeira adicional àqueles que se aposentam.

CEDRI

Sintius apura problemas enfrentados pela categoria

A Diretoria do Sintius está apurando os relatos de problemas enfrentados pelos trabalhadores da Cedri (Cooperativa de Eletrificação e Distribuição da Região de Itariri). Entre as dificuldades apontadas pelos companheiros estão a precariedade dos equipamentos e veículos forne-

cidos pela cooperativa, a escassez de mão de obra e as jornadas de trabalho excessivas, especialmente durante os plantões.

Os empregados têm se queixado da baixa qualidade dos materiais e equipamentos fornecidos pela cooperativa. Além disso, a falta de equipa-

mentos de proteção individual (EPIs) adequados também foi mencionada, o que eleva os riscos para a saúde e segurança dos trabalhadores.

Outro ponto de preocupação é a escassez de mão de obra, devido ao número de afastamentos, o que tem gerado uma sobrecarga de tra-

balho para os que ficam. Além disso, a jornada de trabalho tem se tornado cada vez mais exaustiva, gerando desgaste físico e emocional da categoria.

O Sintius cobrará providências imediatas da Cedri para corrigir as falhas e garantir condições de trabalho dignas e seguras para os companheiros.

ISA ENERGIA BRASIL

Diretoria solicitará reunião para discutir impactos do Projeto Ômega

A Diretoria do Sintius solicitará a realização de uma reunião com representantes da ISA Energia Brasil para entender melhor os detalhes do Projeto Ômega, que pretende realizar uma reestruturação dos cargos e reorganização das funções técnicas dentro da empresa.

O objetivo do Sindicato é obter mais informações sobre os possíveis impactos dessas mudanças para a categoria e para as condições de trabalho dos empregados.

Essa proposta tem gerado preocupações entre os companheiros, pois a reestruturação

proposta pode afetar diretamente a rotina e as funções dos profissionais envolvidos.

É preciso deixar claro que eventuais mudanças na escala de trabalho precisam ser discutidas com o Sindicato e aprovadas pela categoria em assembleia, pois exi-

ge um aditivo ao ACT.

Após a reunião com a empresa, o Sindicato agendará uma reunião com os trabalhadores para analisar as informações obtidas e tirar as dúvidas a respeito das mudanças defendidas pela ISA Energia Brasil.

RICARDO SALES

CPFL PIRATININGA

Diálogo Social: Sintius cobra melhorias nas condições de trabalho

A Diretoria do Sintius participou, no dia 8 de abril, da reunião de Diálogo Social com representantes da CPFL Piratininga, em Campinas. O encontro, que teve duração de cerca de duas horas, teve como objetivo promover uma discussão construtiva sobre temas essenciais para o aprimoramento das condições de trabalho dos empregados.

O Sindicato questionou as punições que vêm sendo aplicadas aos trabalhadores da Baixada Santista que sofrem multas de trânsito e o controle sobre o tempo de ociosidade dos veículos, conforme mencionado na edição de março do Jornal Urbanitário.

Durante o encontro, foram feitos questionamentos relacionados

CPFL antecipa pagamento da PLR para o dia 17 de abril

A apresentação dos resultados da PLR 2024 será realizada no dia 14 de abril, com pagamento antecipado para o dia 17, devido ao feriado de Páscoa.

A PLR de 2024 seguirá as metas e parâmetros estabelecidos no ano anterior, e a PLR de 2025 manterá os mesmos critérios e valores.

No dia 24, haverá uma reunião com a empresa para discutir alterações na metodologia de cálculo da PLR de 2026, uma reivindicação do Sindicato com o objetivo de melhorar os índices e aumentar o benefício para a categoria.

O Sintius está empenhado no processo de negociação, sempre buscando condições mais vantajosas para os trabalhadores.



A reunião do Diálogo Social foi realizada na sede da CPFL, em Campinas

ao aumento do Índice Geral de Produtividade (IGP) e os fechamentos de notas, onde é preciso ter a foto da fachada da casa do corte de leitura e da coordenada, que precisa estar, no máximo, a 500 metros

do local, impossibilitando fazer esse serviço em locais de risco.

Outro ponto abordado no Diálogo Social foi a escala de trabalho dos companheiros da área de transmissão de linhas. O Sindicato

defendeu a mudança da escala de trabalho 6X3 para 5X2.

O Sintius também mencionou que vários atendentes das agências estão afastados por problemas de saúde mental, o que exige uma atenção especial por parte da CPFL.

Por esse motivo, foi feita uma cobrança sobre a adequação da empresa à Norma Regulamentadora (NR-1), que passou por modificações recentemente e exige uma postura ativa por parte das empresas para garantir um ambiente de trabalho mais saudável.

Por fim, a Diretoria solicitou, ainda, que a companhia libere mais um diretor para se dedicar exclusivamente às atividades sindicais. Esse pleito ficou de ser estudado pela direção da empresa.

Empregados da B. Tobace denunciam pressão da CPFL por aumento da produtividade

Os trabalhadores da B. Tobace estão enfrentando sérios problemas operacionais diante da pressão feita pela CPFL Piratininga por aumento da produtividade, mesmo diante de uma queda significativa na geração de notas e ordens de serviço, que são de responsabilidade da companhia de energia.

A falta de demanda impacta diretamente o desempenho da equipe da empresa, que está sendo cobrada de forma sistemática por uma produção como se o volume de serviço fosse o mesmo de um passado recente.

A situação é mais crítica em algumas regiões, como a Zona Noroeste, em Santos, e a Praia Grande, onde equipes inteiras estão saindo com quantidades mínimas de ordens de corte.

Além disso, há críticas em relação à qualidade das ordens geradas, que dificultam a execução das tarefas. Em alguns casos, a CPFL estaria solicitando o desligamento do fornecimento de energia para um prédio inteiro, por conta de um único cliente inadimplente, medida que os trabalhadores da B. Tobace consideram abusiva e insegura.

NOVA LUZ

Sindicato inicia discussão sobre as metas da PLR

A Diretoria do Sintius se reuniu recentemente com representantes da Nova Luz para tratar do fechamento das metas relacionadas à PLR dos trabalhadores.

O encontro teve como objetivo alinhar os critérios e metas de desempenho que servirão de base para o pagamento da PLR, benefício que reconhece os esforços da categoria e seu impacto direto nos resultados da empresa.

Assim que houver uma definição final, os detalhes sobre as metas e condições para o recebimento da PLR serão apresentados à categoria em assembleia.

ECONOMIA

Empresas precisam avaliar riscos psicossociais a partir de maio

BEATRIZ ARAÚJO

A partir de 26 de maio, as empresas brasileiras terão de incluir a avaliação dos riscos psicossociais na gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST). A medida é parte da atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), implementada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em agosto do ano passado. Com essa mudança, empregadores deverão identificar e gerenciar fatores como estresse, assédio e sobrecarga mental, como parte das ações para proteger a saúde dos trabalhadores.

Os riscos psicossociais estão diretamente relacionados à organização do trabalho e às interações no ambiente profissional. Entre os principais fatores estão as metas excessivas, jornadas de trabalho prolongadas, falta de apoio, assédio moral, conflitos interpessoais e a ausência de autonomia. Esses elementos podem desencadear problemas de saúde mental, como estresse, ansiedade e depressão.

Embora a NR-1 já exigisse o reconhecimento e controle de todos os

riscos no ambiente de trabalho, a norma anterior não abordava de maneira explícita os riscos psicossociais. A atualização veio para esclarecer as obrigações dos empregadores quanto a esse aspecto.

Agora, independentemente do porte da empresa, os empregadores devem realizar a identificação e a avaliação dos riscos psicossociais. Caso sejam detectados riscos, a empresa deverá elaborar planos de ação que contemplem medidas preventivas e corretivas, como reorganização do trabalho ou melhorias nas relações interpessoais. A eficácia dessas ações será monitorada continuamente e ajustada sempre que necessário.

Juntamente com a atualização da NR-1, foi sancionada a Lei nº 14.831/2024, que institui o Certificado de Empresa Promotora da Saúde Mental. Esse certificado será concedido apenas às empresas que implementarem boas práticas de promoção do bem-estar no trabalho.

No entanto, empresas que desconsiderarem essas exigências podem



enfrentar graves consequências, como multas e autuações durante fiscalizações do MTE. Além disso, poderão ser alvo de ações trabalhistas e civis, com risco de condenações por danos materiais e morais.

A negligência em adotar medidas adequadas para a saúde mental pode, ainda, resultar em interdições ou embargos de setores da empresa, caso haja risco iminente para os trabalhadores.

Novos associados

Joelson de Souza Cruz - Ativa/CDG

Wallacy Resende Santana - Ativa/Start

Carlos Alberto de Carvalho - Aposentado/Sabesp

Enésio Feliz Santos - Aposentado/Sabesp

Gustavo Silva Viveiros - Aposentado/Sabesp

Ademir da Costa - Aposentado/Sabesp

Jose Luiz Ledezma Santana - Aposentado/Sabesp

Walter David de Feo - Aposentado/Sabesp

Mauricio de Lima Araujo - Aposentado/Sabesp

An advertisement for 'Óticas Lillo'. It features a woman with long dark hair wearing red-rimmed glasses, smiling and resting her chin on her hand. The background is dark blue with a large yellow circle containing the text 'Óticas Lillo' and the slogan 'cuidar da sua visão é nossa missão'. Above the circle, there are two yellow gears with the 'SINTIUS' logo. A red banner at the top says 'NOVO CONVÊNIO ALERTA!'. At the bottom left, a large red and white graphic displays '45% OFF'.